



LUTA E RESISTÊNCIAS - DIÁLOGOS FEMINISTAS¹

Fernando Santos Barbosa²

Resumo

O artigo tem como afimco analisar a compreensão decolonial e libertária presente sob a realidade feminista negra no Brasil. O estudo apresenta as lutas feministas diante das questões emancipatórias na sociedade brasileira e o contexto histórico em implicações libertárias e decoloniais em perspectivas. As resistências ocorrem por meio dos fatores condicionados a estas mulheres e aos seus diferentes grupos – como jovens e a população negra em si. Os diálogos retomam os pontos existentes entre a luta e resistências – mostrando percursos possíveis para a concretização de um feminismo negro no Brasil decolonial e libertário.

Palavras-chave: Feminismo. Negro. Luta. Resistências. Diálogos

STRUGGLE AND RESISTANCE - FEMINIST DIALOGUES

Abstract

The article aims to analyze the decolonial and libertarian understanding presente under the black femnist reality in Brazil. The study presentes the feminist struggles in face of emancipatory issues in Brazilian society and the historical contexto in libertarian and decolonial implications in perspectives. Resistance occurs through factors conditioned to these womem and their diferente groups – such as Young the existing points between struggle and resistance – showing possible paths for the realization of a black feminism in decolonial and libertarian Brazil.

Keywords: Feminism. Black. Fight. Resistances. Dialogues.

LUCHA Y RESISTENCIA - DIÁLOGOS FEMINISTAS

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar la comprensión decolonial y libertaria presente en la realidad feminista negra en Brasil. El estudio presenta las luchas feministas frente a las cuestiones emancipadoras en la sociedad brasileña y el contexto histórico en perspectivas con implicaciones libertarias y descoloniales. La resistencia se produce a través de factores condicionados a estas mujeres y sus diferentes grupos –como los jóvenes y la propia población negra–. Los diálogos revisan los puntos existentes entre lucha y resistencia, mostrando posibles caminos hacia la realización del feminismo negro en el Brasil decolonial y libertario.

Palabras clave: Feminismo. Negro. Luchar. Resistencias. Diálogos

¹ Artigo recebido em 18/02/2023. Avaliação em 18/08/2023. Aprovado em 28/10/2023. Publicado em 03/11/2023.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: fernando.sbarbo@gmail.com

Introdução

O presente estudo pretende caracterizar o contexto decolonial do feminismo negro por uma ótica libertária, fazendo uso dos seus pensadores e interpretes diante da realidade negra no Brasil. O marco temporal do estudo é realizado diante das modificações sociais e políticas ocorrendo no Brasil entre os anos de 1900 à atualidade. São importantes os fatores em relação ao regime escravocrata para entendermos e compreendermos as posições decoloniais com vistas libertárias. O recorte geográfico está sob o Brasil diante de exposições caracterizados ao contexto social e político - referendando a vida de homens e mulheres negras. O contexto filosófico é determinante para as inferências das pesquisadoras feministas integradas as exposições libertárias de Errico Malatesta (2014), Mikail Bakunin (1999) e Wallace de Moraes (2020). Os estudos sociológicos decoloniais tornam-se presentes - em retratar as mudanças temporais com as suas condicionalidades existenciais.

A pesquisa está dividida em três seções textuais - sem a Introdução e Pontos Finais. A primeira seção apresenta a luta feminista brasileira, contextualizando a realidade brasileira com as suas mais diversas problemáticas. O contexto apresentado mostra a relação entre Lélia Gonzalez (2018) e Beatriz Nascimento (2018), com as implicações de Sueli Carneiro (2005 e 2020) e as colocações de Emma Goldman (2010 e 2019). Os referenciais teóricos nos ajudam a entender estes problemas, mostrando como a via libertária é uma alternativa para o pensamento feminista negro brasileiro. A segunda seção apresenta uma visão de resistência enfatizando com mais afinco as posições libertárias. Malatesta apresenta o estudo e quais são as concepções do anarquismo, e como este pode ser utilizado em outros contextos sociais e políticos. Nascimento (2018) e Carneiro (2020) dialogam com Malatesta - não se eximindo do contexto histórico e social, exposto por Aníbal Quijano (2005).

Wallace de Moraes (2020) faz considerações valiosas em relação ao contexto decolonial e anarquista, mostrando um arcabouço para retomarmos os estudos de Carneiro (2020) em vias decoloniais. A terceira seção apresenta diálogos feministas - na qual se faz um desenho literário das vivências negras em sociedade. O pensamento libertário ocorre sempre como uma forma de apresentar o contexto, analisando o existente e confabulando para com a via possível. Em um primeiro momento é vista a questão do sistema econômico e as suas realizações diante da juventude e das imposições sobre as mulheres negras. Quijano (2005) apresenta a modernidade e a formação de novas identidades, demonstrando como não havia um processo de

reconhecimento para estes. O contexto latino-americano é focado de forma a mostrar os erros e falhas na existência de um Estado.

Gonzalez (2018) relaciona os pontos de ausência, e as implicações sobre as populações excluídas com as suas deficiências sociais e políticas. Malatesta (2014) e Bakunin (1999) mostram a importância de um pensar e estar em busca da revolução para a libertação humana. Goldman (2019) e Malatesta (2014) retomam os pontos essenciais para a emancipação feminina e a vigência de um governo sem Estado. Os Pontos Finais retomam as tratativas do estudo, e a relação intrínseca entre decolonialidade e pensamento libertário. A pesquisa enfatiza as relações presentes sob a realidade decolonial de mulheres negras no Brasil em relação a um Estado - propondo a via libertária como um caminho possível para concretizar a emancipação feminina e exterminar os desastres humanos raciais que assolam o Brasil em suas diferenças étnicas e sociais. Esta busca precisa ser intensa - e não haver descanso diante das condições estabelecidas.

A luta feminista

O estudo contextualiza como a mulher negra na sociedade brasileira está elencando os fatores de uma abordagem político e econômica na sociedade na qual vive, com a inexistência de uma representação e identidade de gênero feminino negro. O tráfico negreiro é um ponto claro em relação aos dados apresentados pela pesquisadora - em uma maioria de etíopes tendo a sua origem ferida com uma política de miscigenação no Brasil. Os ideais de democracia racial defendidos pelo sociólogo Gilberto Freyre estavam distantes da realidade concreta de africanos chegando ao Brasil e perdendo as suas raízes étnicas com as políticas raciais brasileiras. A cordialidade do brasileiro estava para ser contestado - com a existência de uma miscigenação pacífica, ocorrendo em meio a relações sexuais forçadas - estupro e assédio sexual. As escravas e trabalhadoras domésticas não serviam apenas a casa, mas aos trabalhos sexuais também - estando diretamente relacionados aos patrões/parentes e até mesmo aos filhos dos senhores. Havia uma manutenção de condições - em que a mulher negra além dos maus tratos profissionais - sofria assédio e violência sexual (GONZALEZ, 2018).

Nascimento (2018) enfatiza a questão do negro no Brasil - apresentando as ações da princesa Isabel e com a sua lei (Aurea) não fazendo sentido algum para a inserção social do negro à sociedade brasileira. O contexto caracterizador demonstra como as leis não acompanham as ações reais e sociais na sociedade. A concessão da liberdade ao negro ocorre - mas inexistindo um projeto de integração social para o seu desenvolvimento humano. Estas

questões históricas trazem um ponto de importância - com a existência dos quilombos. Os quilombos apresentam um formato societário novo - um refúgio de luta e resistência para os negros escravizados, como uma proposta de mudança social e de interpretação histórica em relação ao conservadorismo brasileiro. As mulheres negras trarão em suas atitudes e ações - as exposições de um sexismo em condição social vigente nos mais diferentes ambientes com a presença feminina negra.

A historiadora caracteriza a existência de um formato social - e Goldman (2019) demonstra como os regimes governamentais trazem falhas e erros. A militante libertária enfatiza a existência de uma autoridade em vigor para o Estado - em que o indivíduo vive sob esta tutela. O Estado é movido por interesses determinados em uma estruturação da classe dominante. O indivíduo não pode ser considerado apenas como uma soma de resultados sociais - mas é preciso ser visto como um ser humano com capacidades em formulações de ações e pensamentos. O Estado moderno e as influências dos Estados Unidos da América (EUA) formularam um individualismo - considerado de direita, baseado no egocentrismo e na concentração mercadológica - negando de fato a individualidade humana. Estes fatores tornam trágica a existência da emancipação feminina - e a harmonização entre os sexos. Para Goldman, as aspirações de liberdade movidas por igualdade - não deixa de relevar os fatores econômicos como obstáculos reais para a emancipação feminina.

A militante Gonzalez (2018) ao retomar os pontos de Goldman (2019) e Nascimento (2018) enfatiza a resistência negra ocorrendo em um formato de movimentos urbanos presentes nas cidades, mas sendo negados - como a Revolta dos Alfaiates, Confederação do Equador, Sabinada, Balaiada, Revolução Praieira como exemplos de ações contra o extermínio da população negra. Para Gonzalez, a mulher negra era um suporte não apenas por suas dores - mas o receptáculo do parceiro diante do desgaste em suas fraquezas físicas do trabalho. Há uma importância da mulher negra nas relações sociais diante de todo o sofrimento masculino em suas dores. A representatividade da mulher negra não deve estar nos fatores sociais - mas na realidade com o seu conhecimento objetivo, e na assunção do seu lugar - como expôs Louis Althusser (1967). O percurso realizado por estas mulheres precisa ser revisto - admitindo uma unidade contra as ideologias do Estado em uma luta e resistência negra para um crescimento e entendimento do contexto histórico e as suas implicações sociais e políticas.

A exposição histórica traz em seu enfoque as implicações sociais e humanas dos ideais emancipatórios de raça e gênero. A filósofa Sueli Carneiro (2020) faz referência à vida das mulheres no século XX, caracterizando um panorama das desigualdades sofridas pelas

mulheres entre os anos de 1970 e 1980. Os dados geográficos apresentados revelam o local ocupado pelas mulheres - e como esta mulher era vista diante do sexismo e racismo vigente a uma nomenclatura de cor. O estudo demonstra os procedimentos e objetivos presentes sob a situação econômica e as caracterizações sociais de exclusão da população negra, determinando as consequências políticas e as condições da desigualdade - ocorrendo na sociedade uma acefalização da comunidade negra, mas existindo soluções em meio à solidariedade. Os referenciais de gênero e raça na sociedade brasileira mostram uma continuidade das relações de estupro naturalizadas e tidas como normais - gerando uma desigualdade entre as relações de gênero - em estereótipos criados.

Segundo Carneiro (2020), o nascimento do movimento de mulheres negras a partir da década de 1980 ocorre com a luta de mulheres em busca de uma emancipação cidadã, contemplando não apenas os seus direitos sociais - mas também o respeito de gênero e humano. Os movimentos sociais - como o Geledés Instituto da Mulher Negra surge para o firmamento de ações a favor das mulheres negras em suas deficiências sociais e políticas. A autora orienta como a implicação das ações tomadas mostram as finalidades do feminismo negro para uma nova construção social diante de suas transformações e diferentes posições. As mulheres negras tiveram acometimentos sobre o seu corpo - em processos químicos de extermínio da raça com os medicamentos contraceptivos e a violência sexual. O homem negro foi uma vítima - tendo a subjetividade afetada em não ser um membro social. O contexto nos leva a pensar a existência do epistemicídio em relação a uma política da vida (biopolítica).

O referencial apresentado pela autora - demonstra a hierarquização em um fator de dominação intelectual, e como a escola aparece em meio a este debate, tendo um elemento importante na relação entre inferior e superior - em uma dubiedade determinante para definir os indivíduos em suas características gênicas e condicionalidades sociais. Não podemos aceitar uma forma de pensamento estabelecida - precisamos quebrar estes paradigmas com interdições. As formas existentes por este epistemicídio estão relacionadas com o biopoder - gerando perdas humanas significativas. As interdições revelam o sujeito político - mostrando a inexistência para o negro (CARNEIRO, 2005). Para Carneiro (2020), o trabalho intelectual para o negro - nunca será algo possível devido à imposição de uma condicionalidade como incapaz - não apresentando as condições adequadas para ocupar este lugar.

Os referenciais de Carneiro (2005) - aos estudos de Michael Foucault são caracterizadores para vermos como são as relações com o biopoder e a existência de dispositivos criados pelos sistemas do Estado, gerando atos de discriminação e exclusões

chegaram ao Brasil. O contexto exposto caracteriza o expurgo sofrido pelos negros diante das relações sociais - e como o seu lugar nunca poderá ser o mesmo destinado ao branco em suas concessões pelo Estado. Estas colocações nos fazem perceber uma delimitação aos contextos humanos com uma exclusão e um racismo estrutural definido pela sociedade em vista das diferenças étnicas. O dispositivo de racialidade é mantido em um poder sobre a vida negra. A racialidade no Brasil torna-se uma questão de poder - apresentada em estudos científicos e literários - e fazendo do ser negro um objeto científico sem fins humanos.

É importante notarmos nas colocações de Carneiro (2020) - a definição de um biopoder condutor da vida de um indivíduo negro e caracterizador de sua morte. A biopolítica com as suas tecnologias do poder transformam os indivíduos em objetos. O biopoder tem relações para com a racialidade, tornando este sujeito um membro adequado para a vida social em seus padrões. A pesquisa perpassa entre a finalização do regime monárquico adentrando o regime republicano - chegando à redemocratização com as iniciativas da constituição cidadã referendada no texto constitucional de 1988. Estas modificações estruturais favoreciam as parcelas menos favorecidas da população - em relação às questões existentes em uma política cultural e cultura política, em contradições a serem superadas para existir complementaridades. A complementaridade entre as políticas culturais com um buraco étnico a ser sanado no campo social faz referência aos grupos humanos excluídos.

A resistência negra

Os pontos apresentados em Carneiro (2020) enfatizam a existência de uma concepção libertária, em que Malatesta (2001) demonstra o emprego do termo anarquia em um sentido - e como este é interpretado pelo contexto social de outra forma. A palavra anarquia vem do grego e significa sem governo - em outras palavras um povo constituído sem uma autoridade. Mas o entendimento dado a esta palavra teve outros sentidos - figurando em desordem/confusão e fomentando uma visão negativa do movimento anarquista. Segundo o autor - os animais são adaptados às condições e suas condicionalidades estabelecidas, e o escravizado como um homem pensava da mesma forma, vindo a ter a liberdade como uma condição impossível. Esta situação ocorre sobre o empregado com horas trabalhadas e longe do lazer e descanso. Por meio de estratégias de pensamento - estes indivíduos foram caracterizados a viverem em sociedade com um governante. A concepção de anarquia toma o sentido de desordem e bagunça - perdendo o sentido original de uma sociedade sem governo.

Os estudos de Malatesta (2001) e Nascimento (2018) enfatizam a questão da senzala vista pela ótica da casa grande - havendo sinais de manutenção e não um desejo em acabar com as senzalas. A dignidade concedida ao negro estava longe de uma concretude social - o fazendo refletir sobre as reproduções de pobreza e extermínios nas cidades brasileiras. A contextualização demonstra como houve aprisionamentos criados diante de uma libertação - vigentes em dubiedade. O negro seria livre - mas as correntes sociais o faziam dependente da sua condição anterior, o mantendo preso as condições de dependência social e econômica. A historiadora nos convida a se olharmos como membros sociais e reconhecermos as capacidades em gerarmos mudanças diante da raça e gênero. As reflexões de Nascimento (2018) são um alicerce para vermos o formato social definido não trazia fins práticos com melhorias em qualidade de vida - mas apenas uma manutenção do existente.

Os atos de resistência estão para uma luta de libertação social com os fatores históricos entendidos e compreendidos para as mudanças. Quijano (2005) apresenta como a América Latina constitui um espaço-tempo de vocação mundial - caracterizando uma identidade da modernidade. O autor apresenta duas condições necessárias que ocorressem convergências - seria a associação de produção e o novo padrão de poder. Estes fatores trazem a tona à questão da estrutura biológica com as suas diferenças étnicas, mostrando a inferioridade dos povos originários e suas incapacidades em formulações racionais. O sociólogo caracteriza o surgimento da ideia de raça em seu sentido moderno - no qual os colonizadores serviam se dos ideais fenotípicos para haver a diferenciação racial - o branco era visto como um ser superior tomado em todos os conhecimentos e o negro como um ser irracional. Estas construções estavam sob as estruturas biológicas, e as relações sociais na América seriam fundadas com base no padrão racial.

Quijano (2005) enfatiza como os índios e negros em um primeiro momento, e posteriormente mestiços seriam considerados outro povo. O espanhol e português oriundos da Europa traziam consigo uma marca regional superior, e estas relações seriam intrincadas com as dominações presentes sob a existência racial e com uma classificação social básica da população. A América sendo o Novo Mundo fomentava os ideais de raça, legitimando as relações de dominação impostas pela conquista territorial, com a expansão do colonialismo conduzida em uma perspectiva eurocêntrica - em naturalização das relações coloniais - e dominação dos europeus aos não europeus. Este instrumento demonstrou ser durável e possível uma dominação social e universal - não negando o já existente. Houve uma dominação intersexual e de gênero com a mesma inferioridade. A constituição histórica da América com

as formas de controle e a exploração do trabalho, vigente em uma produção-apropriação-distribuição em capital-salário com o mercado mundial fomentava o colonialismo.

Segundo Quijano (2005), a escravidão e a servidão foram movimentos de um sistema criado e mantido com a exploração de uma inferioridade racial como a sua maior característica. O controle do trabalho em um formato - era existente nas fases anteriores (mercantilismo e feudalismo). A produção de mercadoria ocorria para o mercado mundial. O mercado atrelado ao capital - vivia de acordo com o fluxo de tempo-espço definido em suas internalidades e externalidades. O controle do trabalho era uma situação do novo padrão de poder estruturado em uma ordem conjunta. O pertencimento a este desenho social estava na globalidade do poder - caracterizando as condições e situações por qual haveria um poder determinado aos mais fortes. Para Nascimento (2018), os ideais de democracia racial não eram verdadeiros - tinham uma natureza falaciosa. As suas críticas estavam sob um formato de manutenção do racismo implícito - em estudos sociológicos mostrando a construção de uma realidade racial inexistente.

Em seus estudos, De Moraes (2020) apresenta como o poder soberano tinha as suas raízes no contexto europeu com a manutenção do regime colonial. Os países colonizados replicavam estes modos - havendo uma reprodução sistemática. O racismo se tornaria um termo de valor importante diante da política de morte - necropolítica como meio desejado. A existência de duas instâncias: interna e externa traziam a Europa como nascedouro de um racismo de Estado em sua instância interna. E instância externa com a reprodução em outros territórios diante dos diferentes povos e grupos humanos. O termo diferente refere-se a negros, homossexuais, transexuais e a todos os grupos excluídos socialmente e politicamente em seus sofrimentos de discriminação. Segundo o autor - a proposta seria ações de ajuda mútua a favor de uma epistemologia decolonial e libertária, acabando com as diferenças - contemplando uma definição de necrofilia colonialista outrocida (NCO). A construção textual mostra como os conceitos estão unidos, existindo as relações de extermínio.

Os pontos de resistência estão sobre as mais diferentes passagens das mulheres negras ao contexto social e político em suas diferentes manifestações. Houve momentos de uma integração resistente às situações consideradas novas ao contexto feminino. A questão religiosa demonstrada por Carneiro (2020) enfatiza o poder feminino no culto aos orixás, e como as mulheres são conduzidas às religiões afrodescendentes e a importância social para o desenvolvimento humano. Este estudo apresenta a figura de quatro orixás femininos - servindo de espelhos para as mulheres. A relevância do estudo está na importância da matriz africana e a significação dos orixás na vida das mulheres, tornando-se um alicerce social e religioso às

suas resistências e imposições sociais e políticas determinadas. Os estudos antropológicos e sociológicos mostram a existência de um racismo estrutural na sociedade brasileiro, e o gênero relacionado à ascensão social. Os referenciais estão nas preferências limitados às condições impostas pelo grupo social.

Segundo Carneiro (2020), o multiculturalismo democrático revela os pontos colocados no texto constitucional - visando à população em uma interpretação múltipla de culturas no Brasil. À autora mostra a necessidade em reconhecer os grupos minoritários e focar em suas diferenças a fim de termos de fato uma democracia atendendo aos seus diferentes grupos sociais e étnicos. No Brasil existe uma ideologia tortuosa, vigente sob a consciência de brasileiros com os ideais integralistas e a existência de uma cordialidade racial. César Benjamin demonstra como a ideia de raça seria inexistente no Brasil devido ao fator de miscigenação - mas o mesmo não se dá o trabalho em notar as diferenças sociais diante do fator. O autor não teve o cuidado em saber quais foram às caracterizações geradoras da miscigenação no Brasil. Há uma desvalorização da população negra, e os fatores de civilidade não compreendem estes - os mantendo na exclusão social e racial.

Para Carneiro (2020), vivemos sob um novo momento histórico com movimentações e colocações sobre o gênero feminino e racial negro debatidos pela sociedade em vista do contexto histórico e a significação da mulher a estes diferentes momentos. O enfoque da autora está na realização de uma revisão que contemple a estes grupos sociais e humanos. As exposições de Carneiro (2020), e os escritos de Nascimento (2018) mostram as relações afetivas das mulheres negras frente às questões raciais em um marco resistencial. Nascimento (2018) enfatiza a importância do Movimento Negro para o fortalecimento e a existência de uma integração, referindo-se a Pequena África no Rio de Janeiro (RJ), em seu valor histórico e social para os diferentes campos das humanidades. Carneiro (2020) aponta a necessidade em buscarmos uma representatividade política - e haver uma sociedade em construção livre e decolonial.

Diálogos feministas

As condições estabelecidas pelo pensamento libertário em vista da sobrevivência das mulheres negras a uma perspectiva decolonial ocorrem em um contexto dialógico presente em narrativas existentes para uma sociedade livre. O anarquista Malatesta (2018) demonstra um exemplo claro da existência de um poder sobre vidas humanas. Quando os governos deixaram

de serem monarquias e passaram a serem repúblicas - havia a crença na desorganização, mas os movimentos humanos vigentes por meio da persuasão, em um convencimento do mais forte para o mais fraco, com a existência de reféns sociais. A definição exata para Anarquia é de ausência de governos com uma ordem natural - em harmonia com as necessidades de todos - com uma liberdade completa e vivendo em plena solidariedade. A existência do Estado traz em si outras significações, como a coletividade humana reunida sobre um território com as suas caracterizações sociais e particulares - vigorando por um sistema econômico coletivo.

Segundo Gonzalez (2018), o sistema econômico vigente no Brasil - retrata um percentual da juventude negra desempregada com altos índices de desemprego e desocupação entre os jovens negros. Estes dados precisam mudar e só vamos conseguir quando agirmos em função desta parcela jogada para a periferia. O termo favela empregado sob a Revolta de Canudos seria ressignificado em periferia. A periferia é uma demarcação concreta existente em outras questões. A questão negra no Brasil e da mulher negra são um retrato da marginalização - estando aquém dos objetivos sociais construídos. A democracia racial não passou de idealizações sociológicas sem sentido prático para as mudanças sociais - trazendo consigo um espírito de vender uma boa imagem do Brasil em estruturas sociais. Retomando Malatesta (2018), a militante mostra a existência de uma sociedade alternativa, e o papel importante da mulher ao formato social. A mulher negra e quilombola é um dos exemplos para retomar este formato social existente.

Para Quijano (2005), a modernidade trazia consigo a superioridade e inferioridade em binômios criados como fatores de devastação de populações em seus regimes de servidão/escravidão. Muitos pensadores como Raul Prebisch tentaram formular novas interpretações como centro-periferia, mas não contemplava em sua totalidade a concretude territorial. O desenvolvimento do eurocentrismo colocaria em xeque algumas questões prementes à evolução e as determinações biológicas, com a existência de uma dualidade racial - o não branco seria inferior e impuro - considerado irracional aos padrões europeus. A concepção de homogeneidade em uma continuidade era colocada em ponto de manutenção - diferente de uma heterogeneidade. A descontinuidade é fortificada pelos valores morais e sociais existentes no cristianismo em seus ideais por um dualismo. René Descartes é um exemplo entre a separação entre o corpo e natureza - uma forma subjetiva de definir seres humanos. A compreensão da nacionalidade era uma questão vigente para um Estado-nação eurocêntrico.

Este processo geraria novas identidades históricas - associando a sua natureza aos seus papéis como elementos norteadores: a raça e a divisão social do trabalho. As condições existentes não estavam ligadas a fatores identitários, mas existiam sem a necessidade do outro. As condicionalidades das situações estavam sob um privilégio colonial, com um controle do ouro, da prata e das mercadorias - sem falar no trabalho gratuito dos índios e do tráfico negro e mercantil existente nas terras colonizadas. Havia o controle abundante dos recursos - possibilitando o controle de uma vasta rede com intercâmbio entre outros países como China e Síria - e nascentes países no Oriente Médio e Extremo. As mercadorias produzidas eram destinadas a um mercado mundial. A Europa tornou-se a sede do mercado mundial, tendo um fluxo de poder devastador aos demais territórios componentes do globo terrestre. O continente europeu gerava um etnocentrismo - uma raça pura e a existência das impuras em um racismo explícito. (QUIJANO, 2005).

A América Latina apresenta a existência de movimentos revolucionários para a concretização de uma cidadania, deixando este percentual da população em ser sub-cidadão. O contexto tende a manutenção em vez de extinção. Para Quijano (2005), as vias políticas e sociais determinadas por outras condições, ampliam-se de forma a moldar raça e gênero, determinando quais seriam as pessoas imbuídas de poder. O Estado-nação com o seu nascimento político, mostrava o poder de um povo sobre outro, definindo uma desigualdade entre estas nações. Na América este ideal é realizado pelos Estados Unidos da América (EUA), em uma luta racial existentes por séculos - com a escravidão indígena e negra pelos imigrantes. Os países formadores do Cone Sul realizam revoluções raciais - mas o processo de embranquecimento em uma formulação de conhecimento científico verdadeiro impede outras concretizações. A população era composta por indígenas e negros com a presença mestiça. As sociedades tinham uma dependência histórica cultural atrelada à econômica sem fim.

Para Gonzalez (2018), a existência do Estado com a sua constitucionalidade nada tem ajudado à população negra. A concretização de leis tem facilitado a violência, criando um regresso em vez propriamente ser progressiva. A exterminação do movimento Negro entre os anos de 1980 e 1990 demonstra o nascimento de um novo formato social (o comunismo) estava sendo exterminado pelo regime militar (1964-1985) - não oferecendo condições para haver uma ampliação das pautas negras. Os bons resultados do período favoreceram a determinadas parcelas. O milagre econômico, não atingia de fato aos excluídos sociais - e não havia uma posição relação ao comunismo, mas uma forma de mudança estrutural. O racismo e sexismo são retratos existentes e vigentes na cultura brasileira, deteriorando a mulher negra em um duplo

extermínio - em relação ao fato em ser mulher e negra. Os pontos do sociólogo Caio Prado Junior são rebatidos pela autora com críticas.

Segundo Goldman (2019), a emancipação não pode estar concretizada em relação ao voto como a única condição de cidadania - mas ocorrendo diante de todas as situações e circunstâncias da vida feminina. Para Kropotkin - a lei é a utilização dos sentimentos sociais em preceitos morais sem ter o reconhecimento das minorias revoltadas. A única lei promissora para o progresso da humanidade é a solidariedade - vivendo os indivíduos em apoio mútuo e cooperação para estarem associados à luta. Esta luta deve ocorrer com a união de forças, em vigência de um pensar e viver libertário. Tocante aos pontos libertários, Gonzalez (2018) retoma como os negros e os indígenas não tinham valor social algum no Brasil e foram socialmente renegados. Os movimentos e momentos históricos apresentam um arcabouço de negação social, e a importância da organização da mulher negra no processo de transformação social no desenvolvimento de organismos sociais para uma solidariedade com as nossas irmãs - mulheres negras em busca de liberdade e igualdade.

Pontos Finais

O estudo apresenta a relação intrínseca entre decolonialidade e pensamento libertário. O título da pesquisa não demonstra prejuízos literários e filosóficos - ressignificando o contexto exposto. Malatesta deixou em seus escritos, como o pensamento libertário devia ocorrer sempre na *luta* - sendo importante os membros entenderem a forma de vida libertária. As *resistências* estão sob o enfoque de mulheres em seus mais diferentes escopos sociais e políticos. Com este enfoque, tomamos como exemplo Sueli Carneiro (2005) e Emma Goldman (2019) - mostrando como a via decolonial é viva entre nós. A pesquisa enfatiza as relações presentes sob a realidade decolonial de mulheres negras no Brasil em um Estado - propondo a via libertária para um caminho de emancipação feminina. Esta busca precisa ser intensa - e não haver descanso diante das condições estabelecidas para a luta e resistências das mulheres negras.

O contexto decolonial do feminismo negro por uma ótica libertária - faz uso dos seus pensadores e interpretes da realidade negra no Brasil. O marco temporal do estudo é realizado em modificações sociais e políticas, ocorrendo no Brasil entre os anos de 1900 até a atualidade. O contexto filosófico determinado nas inferências das pesquisadoras feministas está integrado às exposições libertárias de Errico Malatesta (2014), Mikail Bakunin (1999) e Wallace de Moraes (2020). Os estudos sociológicos fazem-se presentes, e retratam as mudanças temporais

em suas condicionalidades existenciais. Os fatores do regime escravocrata, e a sua importância em entender e compreender as posições decoloniais em relação libertária deve ser analisadas por um recorte geográfico - em um contexto social e político, referendando a vida de homens e mulheres negras.

A luta feminista brasileira contextualiza a realidade brasileira com as suas mais diversas problemáticas, trazendo a presença de Lélia Gonzalez (2018) e Beatriz Nascimento (2018) em pontos sobre o histórico negro, e as mulheres como personagens principais. As implicações de Sueli Carneiro (2005 e 2020) e as colocações de Emma Goldman (2010 e 2019) transcorrem entre a emancipação e a concretização decolonial da mulher negra. Os referenciais teóricos nos ajudam a entender os problemas oriundos de raça e gênero - e mostram como a via libertária é uma alternativa para o pensamento feminista negro brasileiro. Há uma visão de resistência enfatizada com mais afinco as posições libertárias. Malatesta (2014) apresenta o estudo - mostrando quais são as concepções do anarquismo e como este pode ser utilizado em outros contextos sociais e políticos. Nascimento (2018) e Carneiro (2020) estão dialogando com Malatesta - não se eximindo do contexto histórico e social, exposto por Aníbal Quijano (2005).

Os estudos de Wallace De Moraes (2020) apresentam considerações valiosas em relação ao contexto decolonial e anarquista, em um arcabouço de retomada aos estudos de Carneiro (2020) em vias decoloniais. Os diálogos feministas em um desenho literário das vivências negras em sociedade - mostra o sistema econômico e as realizações diante da juventude e das imposições sobre as mulheres negras. Quijano (2005) apresenta a modernidade e a formação de novas identidades em um processo de reconhecimento para estas identidades. O contexto é focado de forma a mostrar erros e falhas na existência de um Estado latino-americano. Gonzalez (2018) relaciona os pontos de ausência, e as implicações sobre as populações excluídas. Malatesta (2014) e Bakunin (1999) mostram a importância de pensar e estar em busca da revolução. Goldman (2019) e Malatesta (2014) retomam os pontos essenciais com a emancipação feminina e a vigência de um governo sem Estado.

Referências

BAKUNIN, M. A. **Textos Anarquistas**, seleção e notas Daniel Guérin, tradução Zilá Bernd. Porto Alegre: LP&M, 1999 (Coleção LP&M Pocket)

CARNEIRO, A. S. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), 2005.

CARNEIRO, A. S. **Escritos de uma vida**, prefácio Conceição Evaristo, apresentação Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

DE MORAES, W. As origens do necro-racista-Estado no Brasil – crítica desde uma perspectiva decolonial e libertária. **Revista Estudos Libertários (REL)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 2 n. 6, II Sem/2021.

GOLDMAN, E. **Questão feminina**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre; Projeto Emma Goldman, 2019.

GOLDMAN, E. **O indivíduo na sociedade**. Compostela: CTN de Compostela, 2010. (versão galega)

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...**, 1 ed. Diáspora africana: Editora Filhos da África, 2018.

MALATESTA, E. **A Anarquia**, tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.

MALATESTA, E. **A Anarquia e outros escritos**, organização e tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Intermezzo Editorial Imaginário, 2018.

MALATESTA, E. **Anarquistas, socialistas e comunistas**, tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Intermezzo/ Imaginário, 2014. (Coleção filosofia e políticas libertárias, 2)

NASCIMENTO, M. B. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição**, 1 ed, Coletânea organizada e editada pela UCPA (União dos Coletivos Pan-Africanistas). Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO – Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005.